



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 6/2024-----

-----3ª Sessão Extraordinária de 2024 – Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 19 de Agosto de 2024 -----

-----Aos dezanove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Extraordinária, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, na freguesia e concelho de Portimão sob a Presidência da sua Presidente, **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e segunda Secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Ana Sónia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	
Filipe de Jesus Baptista	Partido Socialista
Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	
José Vitorino da Silva Nunes	Partido Socialista
Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Joana Catarina Quintanova Sanches	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----

NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Luis Filipe Lourenço Custódio	Partido CHEGA

-----De acordo com o artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal, pediu Renúncia de Mandato na data de 1 de agosto de 2024, o Senhor Deputado Municipal **Luis Filipe Lourenço Custódio**, pelo que foi chamada a assumir as funções de membro afetivo a **Senhora Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro**.

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
CDU	Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	15 dias	16/08/2024 A 30/08/2024	Joana Catarina Quintanova Sanches
PS	Cristiano Malha Gregório	1 dia	19/08/2024	José Luis Mateus Barbudo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS	Andreia Filipa M. de Sousa	1 dia	19/08/2024	Alzira Maria Maças Calha
PSD	Carlos Gouveia Martins	1 dia	19/08/2024	Ricardo Jorge da Silva Viana
PSD	Américo da Conceição Leonor Mateus	1 dia	19/08/2024	Bruno Miguel Candeias
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	19/08/2024	Ricardo Nuno Cândido
PAN	Ricardo Nuno Cândido	1 dia	19/08/2024	César Rodrigo Simões Valente
BE	Marco Paulo Gonçalves Pereira	1 dia	19/08/2024	Marilu Veiga Batista Santana

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro:

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 dia	19/08/2024	Filipe de Jesus Baptista

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador - Partido Socialista
Eduardo Catarino	Vereador - Partido Socialista
Sandra Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CD: PP/Nós Cidadãos/Aliança)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
---------------------------------	--------------------------------

-----Quando eram vinte e uma horas e quatro minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **3ª Sessão Extraordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes, e referindo que deram posse, ou deu ela hoje posse à senhora deputada Patrícia Alexandra Ferro da bancada do Chega, uma vez que o senhor deputado Luís Filipe Custódio renunciou há uns dias atrás ao mandato. -----

-----Em seguida, começou por explicar que não foi rececionada inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra relativamente ao **Ponto Único** - Discussão e votação da Segunda alteração modificativa (revisão) de 2024 ao Orçamento da Receita plurianual e ao Orçamento da Despesa plurianual, da Segunda alteração modificativa (revisão) de 2024 ao Plano Plurianual de Investimentos 2024-2028 e ainda da criação da classificação económica 07010201 do projeto/ação n.º2023/I/10, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº614/24**.-----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que a sua colega Vice-Presidente hoje encontra-se de férias e, portanto, é por isso que não está aqui nesta Assembleia. Queria agradecer à senhora Presidente por ter convocado esta Assembleia no mês de agosto, pedimos com urgência, com carácter de urgência dado que é um assunto que nos interessa a todos e quanto mais depressa esteja resolvido melhor. No entanto, disse logo à senhora Presidente que podia ser para o início de setembro, para que os senhores deputados não tivessem que vir cá no mês de agosto. No entanto, cumprindo com as regras, foi marcada para o mês de agosto e, portanto, agradecer a todos por aqui estarem. -----

-----Esta proposta de revisão orçamental, a qual visa as alterações modificativas orçamentais da receita e da despesa plurianuais, para o plano plurianual de investimentos 2024/2028 assenta no seguinte: -----

----- O reforço de orçamento da receita para 2025 e 2026 por via da comparticipação financeira do IRU no valor total global de vinte e nove milhões oitocentos e vinte e cinco zero quinze e sessenta e cinco cêntimos; -----

----- Utilização do saldo orçamental para ambos os anos, no valor global de dois milhões, sessenta e oito quatrocentos e trinta e nove ponto setenta e dois; -----

----- O reforço do orçamento da despesa igualmente para o biénio de 25/26 nos projetos. Projeto de 2023-01-10, referente à construção de vinte e oito fogos na avenida 25 de Abril e bairro Pontal, pelo investimento de três milhões quinhentos e cinquenta e oito seiscientos e sessenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos, sendo que o montante repartido para os dois anos, 2025 dois milhões seiscientos e sessenta e oito novecentos e noventa e oito quarenta e seis, e 2026, oitocentos e oitenta e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nove seiscientos e sessenta e seis ponto dezasseis. Projeto 2018-01-18, referente à beneficiação de duzentos e quatro fogos edificadas em oito edifícios no Coca Maravilhas, com um investimento de vinte e oito milhões trezentos e trinta e quatro setecentos e noventa ponto setenta e cinco a distribuir entre os anos 2025, vinte e um milhões duzentos e cinquenta e um zero noventa e três e 2026, sete milhões zero oitenta e três seiscientos e noventa e sete; -----

----- A comparticipação financeira é de vinte e seis milhões duzentos e setenta e um quatrocentos e setenta e dois ponto vinte e nove. -----

-----Com o reforço orçamental dos projetos habitacionais aqui presentes e a criação das rubricas orçamentais necessárias para a habitação e construção, é assim possível ao executivo apostar num dos maiores desafios que enfrentamos, a construção de habitação, para que a habitação seja digna para todos os portimonenses e jovens que aqui residem. Portanto, é só isto, senhora Presidente. Muito obrigado. ----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ia começar aqui com uma, enfim, com uma referência à circunstância de estarem a reunir no dia 19 de agosto. Enfim, quando há tantas urgências a fechar no país por esse país fora, a Assembleia Municipal em pleno mês de agosto, acedendo a um pedido do executivo e do senhor Presidente, teve aqui a diligência suficiente para reunir em pleno período de férias, coisa que me causa, enfim, aqui alguma estranheza, porque quando se apresentam aqui propostas para aligeirar procedimentos invocando dificuldades no agendamento de assembleias, verificamos hoje que não há dificuldades nenhuma. E depois também quando há dificuldades em agendar assembleias por dificuldades de agenda do executivo, verificamos que ao contrário não há dificuldades, com o executivo é que às vezes há dificuldades, mas pronto era só um aparte que eu queria aqui deixar antes de entrar aqui no ponto da Ordem do Dia. -----

-----Relativamente a este assunto, da nossa bancada, nós, enfim, analisado aqui o documento que nos foi entregue, percebemos aqui a razão de ser desta urgência e desta alteração ao orçamento, enfim, parece-nos que é, em termos objetivos é aqui evidente o que é que está aqui em causa e, portanto, não temos nada aqui a obstar à proposta que vem aqui, à deliberação que foi aqui aprovada na Câmara e à proposta que vem aqui à Assembleia, mas há aqui uma questão subjacente a essa deliberação que nós, enfim, temos que colocar aqui à discussão, que vai para além do orçamento, mas que está subjacente aqui a esta alteração orçamental. -----

-----Quando falam aqui em duzentos e quatro fogos na Coca Maravilhas, nós demo-nos aqui ao trabalho de contabilizar as tipologias e verificamos que dos duzentos e quatro temos quarenta e um T3, cento e quarenta T2 e vinte e três T1, se não me falham as contas. Espero não me ter enganado aqui na contagem. -----

-----Ora, isto, enfim, suscita-nos aqui uma questão que é evidente para nós. É que tendo em conta as necessidades que há no mercado de habitação para arrendamento permanente em Portimão,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nomeadamente em termos de tipologias de maior dimensão como o T3, parece-nos que aquilo que está aqui previsto para T3 são quarenta e um fogos, parece-nos que é manifestamente insuficiente. -----

-----Note-se que vinte e três T1 é mais de metade do número de fogos de tipologia T3, são quarenta e um e, portanto, tendo em conta aquilo que é a perceção que existe do mercado de arrendamento em Portimão, mercado de arrendamento permanente digo, em que há uma necessidade clara de ter oferta de tipologias com maior área e dimensão, nomeadamente T3 e T4, face à dimensão dos agregados familiares e ao défice da oferta que há para essas tipologias no mercado de arrendamento permanente, parece-nos que isto aqui que está aqui em causa é manifestamente insuficiente e, portanto, perguntava ao senhor Presidente, o que é que está aqui na base desta distribuição aqui de tipologias nos duzentos e quatro fogos na Coca Maravilhas, enfim, se foi a alteração à estratégia local de habitação, eu pergunto qual foi a amostra que presidiu a essa alteração, porque parece-nos manifestamente que isto tem aqui um grande desfasamento com a realidade do concelho e, portanto, para já era essa questão que deixava. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que o que ele queria dizer acha que já foi dito ali muita coisa, mas queria pôr aqui outra situação que ele esteve aqui a analisar os dados. Um deles é o seguinte. Aqui no caso daqui da Coca Maravilhas vão colocar naquele espaço duzentos e quatro fogos. Eu acho que é excessivamente muita população para aquele espaço que existe ali e muitas vezes quando estamos em campanha e quando vamos falar com as pessoas, eles queriam também que fosse lá feito um jardim e aquele campo que está lá abandonado que ainda não foi requalificado continua na mesma. Eu acho que é uma densidade muito populacional ali naquela zona, e depois vamos ver. O sexto B tem oito apartamentos ou oito fogos. O dezanove A, vinte, o vinte e sete A tem trinta, o vinte e sete B tem sessenta fogos. Não se compreende, isto é criar um gueto, na minha maneira de ver. O vinte e oito A tem dezasseis fogos, o vinte e nove A dezasseis fogos, o trinta e dois A cinquenta e quatro fogos. Eu gostaria que me explicasse porquê esta diferença entre os fogos, uns têm cinquenta, outros têm sessenta e outros só têm oito. Gostaria que me explicasse essa situação, e também queria que me explicasse também a variação de preços. Por exemplo, na Estácio da Veiga, os apartamentos vão lá sair em média de vinte e sete mil euros cada um e na Coca Maravilhas vai sair a média de cento e trinta e oito mil euros. Gostaria de saber também sobre essa situação. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que aquilo que está em curso nesta agenda de trabalhos de hoje, é no fundo, é o de avaliar a bondade ou não, da solicitação da autarquia numa matéria que, enfim, tem a ver com a realização orçamental e contempla, no fundo, uma estratégia política já aprovada aqui, promoção da habitação pública. -----

-----A análise, enfim, desta solicitação, merece uma justificação política do pedido, e essa justificação parece clara, é que na antecâmara deste pedido todos nós sem exceção avaliámos já o drama da situação da habitação, enfim, nos principais centros urbanos do país e Portimão não foge à regra. Portanto, é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



evidente para todos nós, não só os custos crescentes com a compra, mas também com as dificuldades de arrendamento nos centros urbanos a par da precariedade crescente em que o mercado de construção de novas casas praticamente não gere habitação a preços acessíveis à classe média e, portanto, há efetivamente aqui algum empolgamento político em torno da classe média justamente neste âmbito. -----

-----A par disso, também observamos e isso é um dado aqui facilmente constatável, não é, que há uma sobrelotação de habitações e, enfim, cada vez mais as famílias locais e imigrantes também, sujeitam-se a soluções precárias a morar em partes de casa e em acentuadas condições de exploração. Conhecemos muito bem o domínio do valor das rendas. Portanto, esta procura de habitação pública junto dos municípios, ela de facto não tem origem já e só no estado populacional elegível para habitação social, mas passou também a incorporar claramente milhares de famílias que até aqui garantiam por si só o sustento, enfim, os meios para poderem resolver as questões habitacionais que hoje não conseguem resolver. Portanto, esta no fundo é, penso, a base de trabalho que nós temos para avaliar esta solicitação, enfim, do executivo e é necessário que pensemos que a habitação é muito mais do que a casa, não é? É a sua envolvente, são os espaços públicos, são os equipamentos e a acessibilidade que a servem. Portanto, há todo um conjunto de requisitos que uma autarquia tem que ter em conta que não tão só a habitação em si mesma, mas todo o meio envolvente e, portanto, a política de habitação do país, a política que o país precisa e que Portimão também necessita, exige mais habitação pública, e é importante observar a este respeito que por vezes a habitação pública é vista como uma questão de somenos importância e que tem sido de certa maneira postergada nas políticas do país desde os anos noventa, daí que hoje tenhamos chegado a esta crise habitacional, enfim, que não tem paralelo. -----

-----O que acontece efetivamente é que, por exemplo, enquanto Portugal tem um total de alojamentos no seio do parque público que representa dois por cento noutras economias e sociedades liberais, como é o caso dos Países Baixos, mais de trinta por cento do parque é público, e é curioso verificar, por exemplo, a cidade de Paris estabeleceu até 2035 uma meta de quarenta por cento de habitação pública, incluindo trinta por cento para habitação social e dez por cento para habitação intermédia. Portanto, isto é para termos efetivamente a noção de que o mercado só por si, o mercado e aqueles que fazem o endeusamento do mercado, o mercado só por si, enfim, não responde porque é necessário que o estado intervenha supletivamente com habitação pública e, portanto, é nessa base que nos parece que o PS está vivamente empenhado nesta política pública e social. Portanto, pensamos que de facto é um imperativo e ela só surge porque efetivamente ou pensamos que a habitação não é senão mais uma faceta do negócio, ou efetivamente pensamos que a par da dimensão comercial da habitação, a habitação é também um direito e nesta base é necessário efetivamente mitigar, enfim, aquilo que o mercado, enfim, propõe, isto é, a habitação tão só como uma oportunidade de negócio. Portanto, nós achamos que é legítimo que eu, o PSD, o CDS, queiram defender obviamente o princípio de um negócio. Sem dúvida que é legítimo. Todavia, nós a nível do PS entendemos que a lógica de mercado nesta matéria só por si é insuficiente. Apesar de a lógica do mercado ser central numa sociedade de mercado, nós não podemos reduzir a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



habitação apenas a um bem essencial. Portanto, se ele existe como um direito, é normal e é desejável que o estado intervenha, seja em que modalidade for de fruição que os cidadãos possam ter. Portanto, esta é a circunstância de fundo de debate político que determina a nossa presença aqui hoje. Pronto, sem esta visão, não é, não é possível pensarmos e agarrarmos o problema sem fundamentos políticos e pensamos que temos a obrigação, temos o dever de o fazer portanto, e, foi esta a circunstância que nos levou até aqui. -----

-----A lógica de uma habitação de direito, não pode ficar-se na base de uma estratégia autárquica que só por si não entre em linha de conta, ou que entre em linha de conta com a desresponsabilização da administração central, e esta desresponsabilização da administração central dá-nos a ver que não é possível estarmos a dar respostas emergenciais àquilo que estamos a viver. Portanto, estas respostas, sendo emergenciais elas não vão ao fundo da questão, não vão resolver os problemas todos que nós temos com a habitação, vão mitigar, não é, porque é suposto que de facto os portimonenses tenham expetativas, tenham anseios e que são anseios legítimos que, no fundo são idênticos a todos os demais que nós vivemos ao nível deste país, porque esta questão é de facto uma questão nacional. -----

-----Uma outra questão que tem sido objeto de alguma adversidade política e que tem sido objeto de algum uso político para proveitos político-partidários tem sido a questão dos custos de produção da habitação. Nós não vamos já entrar nessa base de reflexão, mas obviamente que não deixaremos de o fazer se essa questão for suscitada, pensamos que deverá ser a última, ou seja, depois da justificação do pedido da análise lógica da habitação entre o direito e o mercado depois da avaliação da natureza do pedido, então há uma questão subjacente que tem sido de alguma forma a florada, a nosso ver de forma demagógica tem sido a questão dos custos da promoção da habitação, mas a ela iremos quando efetivamente a discussão se justificar. Muito obrigado, senhora Presidente. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o senhor deputado José Figueiredo já o disse e disse bem, este é um problema nacional, exige que sejam tomadas medidas, quer a nível público e quer também a nível privado. Enquanto Câmara, a Câmara deve promover ações no sentido de haver maior disponibilidade de habitação para quem procura e Portimão é um caso que já começa a ser grave, existem já muitas pessoas a viverem em apartamentos já lotados, não só pessoas da classe média baixa, mas também já há pessoas da classe média com algum poder de compra, mas que não têm soluções para habitar, e preocupa-nos. Nós percebemos porque é que estamos aqui hoje, mas não podemos dizer que estamos preocupados porque não vemos medidas a serem implementadas. Existem alguns projetos, há o projeto da Pedra Mourinha que recentemente foi colocada a primeira pedra, mas não vemos que as obras estejam a avançar e é uma pergunta que nós deixamos aqui, tentar perceber o porque é que as obras não estão a avançar, porque pensávamos que depois daquela primeira colocação da pedra que a situação evoluísse de forma mais rápida, mas acho que não está a acontecer, e dizer que nos preocupa também como foi referido o número de fogos que estão previstos que para os dias de hoje são insuficientes. Este é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



um projeto que vai demorar algum tempo a ser concretizado e quando estiver concluído, prevê-se que a situação não melhore muito, porque é um problema crescente, nós temos cada vez mais necessidade de habitação, cada vez nos chegam mais pessoas de fora para quererem vir trabalhar para Portimão, morar em Portimão e preocupa-nos que daqui a dois, três anos, quando nós pudermos entregar as primeiras casas o problema já seja muito maior do que aquilo que é hoje e, portanto, nós o que pedimos é maior celeridade na execução dos projetos que era também uma tentativa de incentivo do setor privado para que também possa construir habitações para a classe média, porque o que nós vemos agora é que os privados adquirem terrenos e claro que é muito mais vantajoso criar habitações de luxo do que criar habitações que a classe média possa adquirir. -----

-----Então de alguma forma teremos que ser nós, terá que ser o município também a criar algum incentivo para que sejam criadas habitações que a classe média possa adquirir. -----

-----Aproveitar também para mostrar preocupação quanto àquilo que são as zonas envolventes onde vamos construir estas habitações. Sabemos que há necessidades de espaços verdes, jardins para as crianças brincarem, parques infantis. Será necessário acautelar todos esses espaços, isso é algo que também nos preocupa. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que há aqui uma coisa que o surpreende um bocado e que o deixa um bocado confuso a olhar aqui para os documentos, que é o seguinte. O contrato que nós assinámos prevê a construção de duzentos e quatro fogos, construção de oito edifícios na Coca Maravilha, lotes seis B, dezanove A, vinte e nove A, vinte e oito A, vinte e nove A, trinta e dois A, vinte e sete B, mas quando nós vemos a parte orçamental, nós vemos que este dinheiro está colocado em reparação e beneficiação. A pergunta que se impõe, afinal é construção, como está na cláusula número um do contrato assinado com o IRU, é construção nova ou afinal é beneficiação, ou reparação de fogos já existentes? E ficava por aqui nesta primeira intervenção. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que realmente esta pergunta da construção é construção. Foi a rubrica que os técnicos acharam melhor que fosse colocá-lo, mas é construção e de apartamentos novos, prédios novos como o projeto já está feito, porque senão não seria aprovado pelo IRU. -----

-----Queria dizer ao senhor deputado também João Caetano, na realidade a nossa estratégia local de habitação assentava em muito mais fogos, e até recordar também que na alteração que fizemos, porque em vez de construção para a compra para que fosse muito mais rápido, o IRU ainda não aprovou e só nesta tínhamos cento e dez T3 e por isso estamos à espera, eu também gostava de trazer logo aqui o contrato com o IRU para que esta operação também pudesse ser concretizada. Ainda não o foi, nessa também tínhamos vinte e seis T4 e seis T1. -----

-----Depois, temos também o projeto do Cabeço do Mocho, portanto a nossa estratégia era o dobro desta que estamos aqui a aprovar hoje. O número de fogos é o dobro destes apartamentos que trazemos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



hoje. Estes aqui foi os que o IRU já aprovou e já passou para contrato e, portanto, é por isso que vieram estes e com a rapidez para começarmos já a lançar os concursos que é isto que pretendemos. -----

-----Depois, o senhor deputado Pedro Mota, se fizer as contas pelo valor de cada operação a dividir pelos apartamentos, dá uma média de cento e vinte e oito mil euros, não dá esse número que o senhor deputado disse e, portanto, não sei qual é que foi o equívoco que fez, mas dá na média à volta de cento e trinta mil euros, cento e vinte e oito mil euros por cada um. Não dá esse número que o senhor deputado disse. De resto, é tudo, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, eu fiquei sem perceber o porquê então da orçamentação em reparação e beneficiação deste montante e porque é que não na rubrica de construção. Se fosse possível esse esclarecimento por parte do executivo, agradecia. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, sendo uma pergunta técnica, eu amanhã vou mesmo falar, mas isso foi falado connosco também, com o Dr. Pedro Pereira e foi a rubrica que ele achou que devíamos de carregar este valor e este contrato e, portanto, tem aí construção também, portanto foi uma rubrica que ele achou... Tem, tem, ó senhor deputado, não sei se lhe deram a palavra. Não é sub-rubrica, tem lá construção também e foi isso que ele carregou e achou que era esta a rubrica que devia de colocar e, portanto, uma questão técnica e, portanto, o que eu vou fazer é amanhã mesmo, peço-lhe para enviarmos por escrito esta resposta que dá conforme técnica que é. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, mas está explicado na informação. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ouviu com atenção as intervenções que foram feitas agora e quer deixar aqui uma nota relativamente à intervenção feita pelo deputado municipal Figueiredo Santos. Intervenção essa que deveria ter sido feita aqui, na Assembleia Municipal de Caldas da Rainha, do Porto, de Esposende, porque de facto foi uma intervenção tão genérica e redonda como aliás é seu apanágio, que nada diz e nada refere relativamente ao documento que estamos aqui a discutir hoje, à alteração modificativa do orçamento e aos contratos que estão aqui em análise, e dizer-lhe senhor deputado, que o PSD e o CDS não defendem o princípio do negócio. O que defendem é que as pessoas devem de ter habitação condigna, que esse é um direito fundamental que está presente na constituição. E também lembrar-lhe que como deputados municipais, temos obrigação de fiscalizar a ação do executivo e de analisar com atenção os documentos que nos são remetidos, e em função disso votar em conformidade com a nossa consciência e aquilo que achamos ser o interesse dos habitantes do nosso município. Posto isso, gostaria só de fazer uma questão. Os contratos que nos são aqui apresentados têm datas muito apertadas. Há uma data de conclusão de projeto, 31-03-2026 e há uma data prevista para entrega das



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



habitações, portanto chave na mão a 31 de junho de 2026, que é daqui a menos de dois anos. Ora, tendo em atenção que ainda terá que ser lançado o concurso público para o lançamento da empreitada, concurso público esse que de acordo com o código de contratos públicos terá que ter a sua tramitação e terão que decorrer os prazos inerentes, vejo de facto o prazo que está aqui previsto extremamente apertado e queria ouvir um comentário do executivo em relação a isso. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que a talho de foice, para eles uma das preocupações foi exatamente esta que a senhora deputada Marta Caetano referiu agora e ele fazia aqui um contexto histórico, mas histórico muito recente. Ainda em fevereiro, salvo erro, estivemos aqui com uma deliberação para alterar a estratégia local de habitação, estratégia local de habitação essa que pressupunha a compra ou aquisição de um conjunto enorme de imóveis, porque afinal chegou-se à conclusão que a construção trazia muitos problemas e que a necessidade e a urgência de habitação para o concelho é aquela que resultou de anos e anos de políticas socialistas e algumas delas apoiadas, enfim, com outras forças é que sabemos quais foram nos últimos anos e que nos leva ao caos que chegou ao parque habitacional, e no meio disto tudo diz-se muitas falácias também, porque fala-se muito que falta habitação, mas Portugal é dos países da Europa que mais fogos tem per capita. Mas voltando atrás, tivemos aqui em fevereiro com a deliberação novecentos e qualquer coisa, para a alteração da estratégia local de habitação e agora passados uns meses estamos aqui para aprovar outra deliberação, ou para analisar outra deliberação que já de certa forma contraria um pouco a dificuldade que o executivo tinha em fevereiro. O executivo em fevereiro tinha dificuldade de construir, abdicou de uma parte da construção para aquisição, afinal hoje ainda não adquiriu, porque afinal hoje soubemos que ainda está à espera da elaboração do contrato com o IRU, que ainda não houve aprovação. Com isto tudo passam-se mais uns meses e mais uns anos sem entrega de um fogo em Portimão, e no meio disto tudo eu pergunto, e isto para terminar exatamente naquilo e referir aquilo que a senhora deputada Marta Caetano aqui falou que é, há aqui uma calendarização apertada, final de 2025 e final de 2026, que obriga a um conjunto de ações que provavelmente pode ter penalização grande para o executivo, que é a devolução exatamente do valor recebido para este efeito e, portanto, estamos aqui a jogar com prazos. Todos nós sabemos o formalismo que estas coisas obrigam, todos nós sabemos os interesses ou não, e os valores das empresas de construção e como é que os incentivos podem chegar ou não para eles também reverem nisto obviamente ação do seu interesse naquilo que é o lucro das empresas privadas como é óbvio e, portanto, há aqui uma série de questões que nos levantam obviamente alguma preocupação. -----

-----É nossa intenção e entramos aqui hoje também com a intenção de dar provimento a esta deliberação, mas também nos deixa preocupados estas questões. Por outro lado, também nos deixa preocupados é, estamos a falar e ouvimos há anos uma série de promessas sobre construção em Portimão. Desde as pedras que são colocadas, desde aquilo que são, os anúncios que são feitos nos regionais, nos órgãos de comunicação local, nacional, passam-se os anos e chegamos aqui a este ponto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



com este problema, mas nada, nada, nada se resolve, nada se faz, nada se entrega e o tempo vai passando, e vai passando e aquilo que eu correlaciono também é que este parque habitacional vai ter custos, nomeadamente esta elaboração destes projetos, financiamento, fiscalização, manutenção, tudo isso eu não vejo aqui ponderado. Aliás, eu só vejo uma ponderação sobre tudo isto, é olhar para o orçamento de 2027/2028, eu vejo o orçamento da Câmara de Portimão com mais vinte e cinco por cento naquilo que são as despesas correntes e despesas de capital. Portanto, de que forma e olhamos para isto também de uma forma preocupada, porque se há despesa a aumentar nos próximos anos, quer dizer que a receita tem que vir de algum lado, normalmente vem de onde? Impostos diretos. Portanto, senhor Presidente, gostava que nos dissesse algo sobre esta preocupação, ou estas preocupações que a bancada Chega tem. Obrigado, disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu também gostava que o senhor Presidente me respondesse por causa das tipologias desta variação entre os blocos, uns terem um excesso de fogos e outros não. Gostaria de saber qual foi o porquê desta situação. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que de alguma maneira ele gostaria e ele é amante da crítica e gosta de a receber quando ela efetivamente se justifica. A tendência obviamente é para a sugestão de que há crítica redonda, etc. por aí fora, ou que há argumentação redonda. Aquilo que nós estamos a fazer, é efetivamente uma discussão política sobre a bondade ou não de uma revisão orçamental e, portanto, é o debate político que efetivamente tem que ter aqui lugar. Agora, se os senhores quiserem obviamente ir avançar para a argumentação do âmbito da engenharia económica com base naquilo que é o contrato da Câmara com o IRU, bem, isso é um aspeto realmente no qual eu não me meto e parto do pressuposto que à semelhança daquilo que o Presidente já disse, então, se queremos remeter estas questões para o domínio técnico, naturalmente que, enfim, fará sentido que sejam os técnicos a debater, não é? -----

-----Quanto efetivamente ao número de habitações ou de fogos, esta matéria já veio aqui, já foi objeto de discussão e naturalmente que foi objeto de aprovação. Portanto, naturalmente não voltaria a isso, claro está. -----

-----As críticas do Partido Chega, enfim, são críticas que de alguma forma refletem mais conteúdos apreensivos do que propriamente críticas, não é? Mas no seio desses conteúdos apreensivos, é importante que não se banalize a argumentação política do executivo, porque a questão da política de habitação aqui trabalhada é recente, não vem do tempo do homo sapiens, ou seja, o PRR que o Partido Socialista de alguma forma enquanto governo, não é, conseguiu fazer com que se espelhasse aqui ao nível da política nacional é recente e, portanto, e os custos de que são objeto de alguma maneira da apreensão do Chega, estão obviamente inscritos nessa dotação, ou seja, são verbas do PRR. Portanto, estamos aqui a trabalhar num domínio que é muito preciso, muito concreto. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Relativamente ao plano e o executivo. Quando se traçam planos, é óbvio que os planos podem do ponto de vista da colagem à realidade, os planos podem efetivamente por vezes ter algum carácter assíncrono com a realidade e isto é o que acontece nas nossas vidas. Nós muitas vezes planeamos, enfim, um determinado marco nas nossas vidas e ele efetivamente não acontece por uma circunstância ou outra. Agora, se estas metas não existem, como é que nós amanhã podemos fiscalizar a ação do executivo? Um acordo deste tipo obviamente tem que ter metas, isto é, para que o IRU aceite um acordo deste tipo, naturalmente tem que haver compromissos, e os compromissos implicam necessariamente a existência de metas. Vamos pensar que as metas não são escrupulosamente cumpridas, pois naturalmente que o executivo também terá que estar preparado e nós também para essa possibilidade, não é? A vida não é feita a regra e esquadro. Portanto, relativamente a esta matéria, o que me oferecia dizer era isto e enfim, aproveitaria para lamentar o facto de também o executivo estar a ser objeto de alguma adversidade face aos custos de construção, isto para efetivamente tentarmos chegar a bom porto com este debate. Para o PS é bem claro que o custo de promoção da habitação é definido de acordo com portarias de regulamentação, sendo elas que, no fundo consagram índices para os valores de terreno, e aí vamos às finanças, como por exemplo, o coeficiente de localização. Temos material e mão-de-obra e vamos aos da indústria mineira. Então, não estou já a falar de coisas redondas, estou a falar de aspetos concretos consolidados, que é para não se pensar que vem aqui um académico falar de coisas redondas, que eu sei muito bem o que se pretende, mas efetivamente o que está aqui em causa, bem, o que está aqui em causa é obviamente pensar que este acordo com o IRU, que este acordo com o IRU é feito com uma entidade a quem compete preparar os planos e a documentação necessária estratégica para a realização da política habitacional e não é de Portimão, senhor deputado, é do país todo. -----

-----É óbvio que o IRU, ou ao IRU compete ainda, e eu deixo este aspeto bem frisado, conceder as participações e empréstimos com essa bonificação de juros destinados ao financiamento do programa habitacional. Portanto, o que nós estamos aqui a apreciar no fundo, é um programa habitacional, um contrato de programa com o IRU, de que resulta de facto um aumento nas despesas e nas receitas. É isto. Portanto, as receitas estão obviamente contempladas face às despesas que se querem executar. ----

-----Parece simples, eu digo parece simples, porque estou a sintetizar, é óbvio que não vou entrar aqui em pormenores da ordem do preço de cada fogo e porque é que são dezasseis e não são quinze ou não são catorze e porque é que são seis T1 e não são dez T1. -----

-----O que eu acho lamentável e isto é uma análise que o PS faz, é que agora de facto com uma certa imaculada empatia, há partidos que vêm dar provas de vida ao refletirem uma profunda preocupação com os aumentos dos preços registados no projeto das casas a custo controlado na zona do Vale de Lagar, prometido pela Câmara Municipal de Portimão. Isto é um logro político, é um logro político. É perverso isto, porque aqui visa-se no fundo induzir a leitura de que a Câmara de Portimão, enfim, faz promessas frustradoras das expectativas dos cidadãos, este findo jogando com a questão das atualizações dos custos, quando os indivíduos sabem muito bem e porque até estão representados na Assembleia da República,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



como é que estes custos são gerados e como é que estes custos evoluem. Portanto, é lamentável que a política se situe a este nível, porque na circunstância realmente esses partidos têm a obrigação de ser intelectualmente honestos com os seus concidadãos, enfim, e não tentar incorrer nalguma demagogia. No fundo o que é que se pretende? Pretende-se a pretexto dos custos, penalizar uma Câmara que está a lutar pelos interesses dos portimonenses no acesso à habitação pública. É isso que nós achamos que é perverso, ou seja, achamos que há momentos em que a união se justifica, porque são esforços de todos que, no fundo cobrem todo o tecido municipal, e é esta a circunstância que, no fundo determina que, enfim, o PS esteja aqui obviamente a votar favoravelmente estes motivos que dispõe, não É? Portanto, nós não estamos aqui a votar por votar, temos os fundamentos da votação, temos o delineamento do conceito de habitação entre o direito e efetivamente o mercado, a lógica do mercado também aceitável como já se disse e temos por fim os custos de promoção da habitação. Portanto, há aqui uma extensa análise acerca de toda esta problemática. Agora não nos peçam um trabalho de engenharia social ou de engenharia económica, como queiram, não é? Porque efetivamente já são aspetos que não nos cabem estar a discutir enquanto órgão fiscalizador. Portanto, é essa a circunstância que determina este discurso redondo, mas que parece de todo em todo apropriado ao momento. Dissemos, senhora Presidente. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ouvindo a lição do senhor deputado José Figueiredo, uma lição, enfim, airosa, ele queria completar, portanto aquilo que o senhor disse, dizendo o seguinte. O PRR é recente, o senhor não ouve, tenho que falar mais alto. O PRR é recente, é um facto, mas devo-lhe lembrar que este PRR foi para todo o país e há câmaras neste momento que estão a entregar chaves de fogos nesta altura e, portanto, é recente para uns, não é recente para outros, mas acho que é recente para todos, senhor deputado. Portanto, devo-lhe lembrar isto para o senhor adicionar ao seu discurso, ao bom discurso correto e com isto não quero eu dizer que estou contra esta situação. O que acho e critico é o prazo em que o executivo vai promover isto e ainda está no início, cartazes espalhados por esta cidade já existe há muito tempo anunciando, portanto esses mesmos fogos e pergunto e deixo aqui uma questão, se o senhor Presidente acha que o prazo que está estipulado no contrato se é um prazo que a Câmara vai cumprir, ou se os portimonenses no futuro todos deverão depois entrar em despesa adicional. Por outro lado, essa questão do orçamento, a orçamentação, portanto desta rubrica acho que deve-se esclarecer isso, nós vamos aprovar, portanto uma alteração para uma rubrica que não me parece que está condicente, ou que está correta com aquilo que é apresentado no contrato, porque o contrato diz construção, e aqui diz que, portanto, diz que é alteração e, portanto, obras de, outro tipo de obra e pôr os olhos, já agora que não tem nada a ver com isto como é lógico, mas falando em promessas que o senhor deputado também fala aqui que os outros fazem que a gente queixa-se muito das promessas que o executivo faz, eu assisti nesta sala a uma promessa que o executivo que claro que não tem a ver diretamente com o executivo, mas o executivo esteve presente com pompa e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



circunstância, o ministro, os dois ministros da educação e da habitação na altura, a anunciar, portanto aquelas casas ali onde a Caixa Agrícola, portanto tem as suas instalações. Eu perguntava ao senhor Presidente como é que isso está? Não sabe, não é e não é com a Câmara, não deve ser uma preocupação, porque nós não temos médicos, não temos professores, porque é difícil esta gente vir para Portimão com a habitação como temos e a falta de alojamento e, portanto, as rendas estão altas como estão. Acho que deve ser uma preocupação para o município, acho que deve ser uma preocupação para o executivo em relação a esta matéria. Posto isto, retificando o discurso, o bom discurso do nosso companheiro deputado José Figueiredo, retificando isto que eu disse, acho que o recente é para todos e há municípios que estão a entregar chaves. O senhor estava a falar e não ouviu. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que a preocupação do executivo é a mesma de todos os deputados, e é por isso que quiseram pedir com urgência, porque também acham que o tempo é curto e, portanto, têm que cortar e têm que ver se conseguem tomar a dianteira. Aliás, das câmaras que assinaram o contrato com o IRU no Algarve e dos contratos que foram assinados já por este governo com o IRU, a nossa está na linha da frente. Gostávamos também que tivesse sido aprovada a compra dos apartamentos, ainda temos esta ambição e esperemos que seja aprovado, a compra na realidade era muito mais fácil, e era muito mais rápida. -----

-----Agora, o que foi aprovado foram estes dois e é isto que temos que o fazer com a maior rapidez possível, porque também não queremos perder o financiamento e isso respondendo ao senhor deputado do Partido Chega, nunca em Portugal um financiamento como este para a habitação e, portanto, é isto que o executivo tem feito na estratégia local de habitação nos projetos, e respondendo também ao senhor deputado Pedro Mota, a tipologia e aquilo foi tudo um concurso público que foi feito para o projeto, os projetos já foram apresentados e, portanto, isto agora que vamos abrir é o concurso já para a obra e, portanto, aquilo que foi apresentado foi a tipologia do que é que cabia naquele terreno e o concorrente que ganhou apresentou o projeto, o projeto está feito, os projetos estão todos feitos. -----

-----A Câmara definiu as tipologias, foi isso que eu disse, e o concorrente que ganhou apresentou já o projeto, está apresentado e, portanto, apresentou a tipologia de todos conforme a estratégia local de habitação que tinha na altura e, portanto, foi esta a estratégia que a Câmara optou, foi este o número de fogos que eram necessários, fazem falta ainda na compra e fazem falta também aprovar o da Cruz da Parteira também que é outro projeto que também ainda não foi aprovado. Portanto, a estratégia englobava estas quatro componentes, e ainda estamos a aguardar que os outros dois sejam aprovados pelo IRU, para que possamos também trazer a esta Assembleia e colocá-los no terreno. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, ora bem, a bancada do PSD, os elementos que a compõem procuram sempre ter aqui um grande sentido de responsabilidade, quando nestas discussões e nas votações que aqui fazem nesta sala, e desta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vez não será diferente, mas perante esta proposta de deliberação da segunda alteração orçamental modificativa de 2024, quando confrontado o executivo com o porquê, o pedido de uma explicação técnica para essa mesma alteração, porque é isso que estamos a votar, não estamos a votar habitação, não estamos a votar nada, estamos a votar a alteração, a classificação orçamental das rubricas. O executivo lamentavelmente não consegue explicar o porquê de algo que nos parece, pelo menos numa primeira vista ser uma contradição entre aquilo que está no contrato que é construção com aquilo que nos apresenta hoje para ser aprovado, uma alteração orçamental para uma rubrica de reparação e beneficiação. Isso dificulta muito a tarefa de quem quer ser honesto e quem quer ser isento na apreciação de qualquer matéria nesta casa, e é lamentável que não esteja aqui um técnico ou alguém capacitado para nos dar essa resposta. -----

-----Seguindo em frente. Reconhecendo a importância deste momento, pois finalmente estamos a dar passos concretos na execução de um projeto dos mais urgentes e fundamentais para o bem-estar dos nossos munícipes, a estratégia local de habitação. Não podemos deixar de sublinhar que este processo surge com um atraso considerável. -----

-----Ao longo do último ano, várias vezes questionámos nesta casa o estado do processo, o estado da estratégia local de habitação, sempre foram coletando a situação para a frente, e testemunhámos agora um avanço de outras câmaras municipais em todo o país que já possuem as suas estratégias locais de habitação em estágios avançados de execução, como são o caso dos municípios, por exemplo, de Lisboa, de Oeiras, da Figueira da Foz, ou do Entroncamento que já começaram a entregar chaves de novas habitações, já são mil e setecentas habitações que já foram entregues e nós infelizmente fruto do atraso com que estamos, só agora é que estamos a começar a dar os primeiros passos nesse sentido, o que é lamentável. -----

-----Este atraso, senhor Presidente, senhores deputados, não pode ser ignorado. É fundamental que nos questionemos por que razão Portimão com toda a sua capacidade que ainda se encontra nesta fase embrionária deste processo, quando outros já colhem os frutos do trabalho árduo e da boa gestão que não vemos neste município. Não estamos a falar de uma simples questão burocrática, mas sim de uma necessidade fundamental que afeta a qualidade de vida dos nossos concidadãos. Atrasos estes que comprometem a confiança da população, das suas instituições, naqueles que nos representam e colocam em risco a própria eficácia das políticas públicas que pretendemos ver implementadas. Dito isto, é de igual importância sublinhar que não estamos aqui apenas para criticar, antes pelo contrário. É com satisfação e com certo alívio, digo eu, confesso que constatamos que este processo, ainda que tardiamente, começa finalmente a ser executado. A visão orçamental que hoje debatemos aqui é um passo necessário para que a nossa estratégia habitacional avance, para que possamos a breve trecho oferecer às tantas famílias portimonenses o que mais básico deve ser garantido, uma casa digna. Todavia, não podemos ignorar a realidade dos prazos, o calendário é apertado senhor Presidente, e todos nós sabemos que há prazos rigorosos a cumprir para garantir que os financiamentos disponíveis não sejam



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



perdidos. Este risco de devolução de fundos seria desastroso para Portimão e devemos por isso assegurar que todas as etapas seguintes sejam tratadas com a máxima seriedade e rigor. Portanto, que este seja um momento de viragem, é aquilo que nós desejamos, que a Câmara Municipal de Portimão consiga finalmente daqui em diante acelerar os processos, recuperando todo o tempo perdido e garantindo que a nossa estratégia local de habitação seja não só executada, mas que o seja executada de uma forma exemplar para que possamos estar ao melhor, ao nível dos melhores. -----

-----Finalizando, assim reafirmo a nossa satisfação por ver este processo finalmente a ganhar corpo, mas também a nossa firme exigência que seja tratado com urgência, eficácia, que os nossos munícipes merecem. -----

-----O tempo de espera terminou, agora é tempo de agir e esperemos que Portimão esteja à altura desse desafio. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que gostava de ouvir uma palavra do senhor Presidente relativamente àquela preocupação que demonstraram ali sobre o cumprimento dos prazos. Obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhora Presidente, eu já lhe disse, se não fosse porque não quiséssemos cumprir os planos não estávamos aqui hoje e por isso pedimos com urgência esta reunião, queremos abrir os concursos com urgência também para tomarmos a dianteira, para começar, até tem que haver empreiteiros também que queiram concorrer para fazer estas obras. Portanto, o que vamos fazer tudo fazer, é para que os prazos sejam cumpridos, porque temos mesmo que os cumprir. Os portimonenses precisam e nós temos que o fazer. -----

-----Interveio o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para perguntar então e se os empreiteiros não aparecerem e os prazos forem ou tiverem necessidade de serem prolongados? Muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que acha que a situação está claramente definida. Nós sabemos que o PRR tem um prazo, foi definido o prazo do PRR, estamos sujeitos a um prazo a nível nacional e, portanto, é por isso que estamos aqui hoje, o senhor Presidente já explicou, há uma urgência, todos temos conhecimento da urgência e, portanto, depois daqui a dois anos em 2026 voltaremos a falar obviamente. Poderemos sempre cá estar, desde que estejamos vivos e com saúde. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, a questão é exatamente essa, é que vivemos nos se. Se isto não fosse uma autarquia intervencionada, se o tribunal de contas não tivesse que se calhar entrar nisto, se o controlo e a parte excessiva da dívida não tivesse que entrar nisto, se o projeto já estivesse feito, se isto não resultar bem resulta mal, se o executivo em 2021 não tivesse assinado um contrato com o IRU no valor de cento e nove milhões e depois não veio a executar, se o IRU não tivesse estado nesta sala com a Ministra da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Educação na altura e a ministra, aliás o Ministro da Educação e a Ministra da Habitação a assinar um contrato com o IRU sobre apartamentos na casa do Rio um investimento de seis milhões de euros, perguntou-se à senhora Presidente não sabia de nada, se. Portanto, o histórico não é positivo. Portanto, se, cria-nos muitas dúvidas, se... Agora, o que eu gostava mesmo era que o senhor Presidente em exercício não dissesse a palavra aqui se, porque o se é uma palavra política e o se isto não correr bem vai correr mal, e se isto correr mal pagam sempre os mesmos as mesmas coisas. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, eu o que lhe respondi ao se, é o se que você disse, porque o senhor deputado é que disse o se, e isto você é sempre os se, porque na realidade se não houver concorrentes, como é óbvio não vamos conseguir fazer a obra, mas isso é o se o que é que acha, como é que faria? Mandava fazer sem estar aprovado. Falou em tribunal de contas, todos têm que ir a tribunal de contas, não é por estarmos intervencionados. Agora, diz as coisas porque pronto tem que dizer qualquer coisa, mas não é, os se é o senhor deputado que está a dizer. Já lhe foi dito das habitações dos professores, se for à página dos professores quando concorrem para professores, o único local para habitação é Porto, Lisboa e Portimão. Portanto, senhora Presidente, da minha parte é tudo, cumpri com o tempo, não tenho mais nada a dizer. -

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, aquilo que eu aqui me apraz dizer, é o seguinte. Eu, como Presidente da Câmara, não diria se, e certamente responderia que teria um plano B, coisa que o senhor não tem. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, relativamente à resposta que o senhor Presidente deu da questão da distribuição das tipologias, ó senhor Presidente, estamos aqui a falar da deliberação que temos aqui hoje em cima da mesa, não é do que há-de vir, e aquilo que temos aqui hoje é para arrendamento apoiado, não é para venda e, portanto, a nossa preocupação aqui, a nossa que suscitou um comentário do princípio do negócio, foi assim que foi dito, era que a Câmara tivesse uma intervenção mais assertiva para corrigir no fundo problemas do mercado, porque o mercado distorce completamente a oferta em termos de arrendamento para a habitação em Portimão. Distorce porque a procura é baixa, e depois os preços, a oferta é bastante alta e os preços disparam, e é nesse sentido que nós, na primeira intervenção que eu fiz ainda aqui há um bocadinho, defendemos que o número de T3 face à necessidade de mercado devia ser maior, exatamente para corrigir essa distorção de mercado. Ora, fomos acusados de defender o princípio do negócio e, portanto, pela bancada do PS, foi o que foi dito e, portanto, uma de duas, ou quem nos acusou de defender o princípio de negócio não sabe o que é o princípio do negócio, ou então não percebeu aquilo que nós dissemos, mas, enfim, já temos um bocadinho essa experiência da parte do senhor deputado Figueiredo Santos, que escolhe muitas vezes aqui esta bancada como alvo dos ataques, e depois quer dizer, lança aqui as tais intervenções redondas académicas que depois de substância têm pouco ou nada, não é? E é fácil falar com vinte e tal minutos de tempo tido para intervir, depois vai-se falando, vai-se falando e não se diz coisíssima nenhuma, zero e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não se ouve aquilo que os outros dizem que ainda é mais grave, não se ouve e, portanto, é só para dizer que nós não estamos contra esta alteração orçamental. Agora, em termos substantivos, o que está aqui na base desta alteração, é que nos preocupa, é a questão que foi aqui focada dos prazos que são manifestamente apertados e é a questão das tipologias, a distribuição das tipologias. Portanto, nós entendemos, esperamos estar enganados, mas entendemos que isto não vai resolver o problema. Era só isso. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Raquel Gonçalves Bernardino**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a bancada do PSD gostaria só ainda de ter a resposta do senhor Presidente se possível, ainda que não seja este o tema principal, acerca das habitações da Pedra Mourinha, do lançamento da primeira pedra no qual tive o gosto de estar presente e, portanto, saber qual é o andamento da obra para ficarmos um pouco mais esclarecidos. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, a habitação como 1º Direito no Bloco de Esquerda, está em todos os nossos programas eleitorais como é sabido e nós aqui também na Câmara de Portimão e aqui também nesta Assembleia temos trazido várias moções e fizemos uma extraordinária sobre a habitação, várias comissões, por isso nós vamos votar favoravelmente a este ponto. Mesmo assim, achamos que é notoriamente, estas habitações não vão satisfazer a população, já foi falado, já foi discutido os duzentos e trinta e dois que vão ser agora votados, mais os cento e quarenta e dois de aquisição, mas estarão sempre aqui com o Bloco de Esquerda e o Bloco de Esquerda votará sempre favoravelmente a todos os pontos que vierem aqui sobre a habitação e que possam dar condições de vida aos nossos munícipes. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, esta discussão é vivamente interessante, sobretudo porque quando se fala de livre mercado e, portanto, da opção do mercado como negócio, aqui foi dito que se entende que isso é legítimo, porque parece que há por vezes uma paranoia política ou político-partidária que não dá para ouvir tudo, ou dá para filtrar o que interessa que se filtre, e isto não é nada saudável, porque primeiro, desde logo, porque não houve aqui crítica alguma a esse respeito. O PS mencionou o princípio de um negócio como um princípio legítimo e até disse que ele tem que ter centralidade numa sociedade de mercado. Alguém ouviu diferente. -----

-----Bem, e para que efetivamente ponhamos as coisas nestes termos e não desconsideremos, eu por acaso aludi até ao CDS e ao PSD e ao IL, não aludi ao Sorrir Portimão, que eu não sei exatamente o que é que é. Mas independentemente disso, independentemente disso, não vale a pena o senhor deputado tentar menosprezar a minha inteligência dizendo que eu falo de coisa nenhuma, de nada e tal, tal. Eu só lhe deixaria uma questão, senhor deputado, para ver se de uma vez por todas nos respeitamos mutuamente, é qual é a fonte documental de que o senhor se cercou para dizer que há falta de T3 em vez de dizer que há falta de T1, ou T2? Qual é, qual é o elemento documental, qual é a base empírica que o senhor tem para dizer isso? Gostaria que mo dissesse hoje, aqui e agora. Pronto, sim, sim. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Depois, senhor deputado, o Chega tem preocupações, manifesta preocupações que são legítimas, mas convenhamos que são transportadas para um certo futurismo político, e como dizia o outro que acreditava em deus, pátria e família, o futuro só a deus pertence, ou seja, nós quando esboçamos planos não temos garantias absolutas de que assim aconteça. Eu até sugeria a título de, enfim, podermos amenizar um pouco esta discussão, que os atenienses quando declararam guerra aos espartanos disseram, «se nós ganharmos a guerra vamos fazer isto e mais aquilo. Se nós ganharmos a guerra, nós iremos fazer isto», ou seja, fazem um tratado com os se, e os espartanos responderam, se. Quer dizer que a nossa vida futura toda ela está envolta num se. Nós não podemos dar garantias de que amanhã não tenhamos um percalço qualquer que seja impeditivo e que seja este determinado ao nosso querer. Agora, uma coisa lhe digo, a acreditar neste executivo, a acreditar neste Presidente não em exercício, mas um Presidente efetivo, disponível para a luta, a tentar ombrear com os problemas, a dar este exemplo de nos querer aqui hoje aqui e agora, em pleno agosto, significa dizer que eu vejo-o como uma pessoa determinada, resoluta, no sentido de ir para a frente e lutar. Ele pode não vencer, mas perante nós, tem que nos dar a garantia e dar-nos-á seguramente a garantia de que lutou, venceu ou não, lutou e isso para nós é fundamental, e nós estaremos aqui com esse propósito de o apoiar nesta luta e, portanto, da nossa parte há um desejo efetivo de que isto se concretize, porque são acordos, porque envolvem o mercado e já não é a primeira nem a segunda vez que, enfim, surge esta malograda situação de um concurso ficar deserto, e perante isso há plano B? Ou seja, o IRU confessa possibilidade efetiva? É que estamos a falar aqui de habitação pública. Vamos falar de quê, do plano B? Como quê? Alinhando na sua preocupação que é legítima, vamos falar em que tipo de plano B? Um plano em que seja a Câmara a arcar com a responsabilidade por inteiro deste tipo de empreendimento? Muito sinceramente, a gente não vê isso muito possível a não ser no quadro de responsabilização do aparelho de estado central e, portanto, é nessa base que nós incorremos no apoio a este tipo de luta sabendo que obviamente ela terá os seus se e partilhamos e partilhamos das suas inquietações, das suas preocupações, eventualmente até das suas angústias. Nós não estamos aqui para fazer emparelhamento com o executivo, nós estamos aqui para fazer força também nós no sentido de que estas iniciativas sejam consumadas, vão para a frente, sejam realizadas, esse é o nosso maior desejo. Suponho que não deixará de acreditar que o nosso desejo também é esse, ou seja, queremos em comum o desejo de que os portimonenses, classe média ou classe baixa, ou classe proletarizada como queiram, possam aceder à habitação, seja em termos de arrendamento, seja em termos de aquisição, por aí fora. Agora, estamos dependentes de um aparelho de estado e nestas circunstâncias não há, a nosso ver não haverá plano B, suponho eu, portanto é a análise que estamos a fazer que é uma análise que pode não ser, enfim, profícua, ou seja, acredito que o próprio Chega possa ter outras soluções, mas sinceramente sob esse ponto de vista nós estamos aqui perfeitamente desarmados em termos de Plano B. Não sei se partilha dessa preocupação, nós também temos essas angústias, essas preocupações e, portanto, é nesse sentido que queremos ser construtivos, não deixando obviamente de ter nós perturbações e as nossas angústias quanto a este processo. Ah! Mas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não deixamos de estar com o executivo numa luta que nós entendemos que é emergente, que já devia ter sido executada, disse o PSD e bem. Mas em cada momento há que fazer opções e a política é isso, a política é feita de opções. Outros municípios não fizeram, muito recentemente foi o caso de Faro, até com preços altíssimos para a altura, 2023, portanto no ano passado, outros ainda não o fizeram, também o farão e, portanto, acompanharão porventura a Câmara de Portimão, o município de Portimão nesse domínio. -----

-----Agora, essa crítica do PSD parece ajustada sobretudo face às necessidades prementes, mas nós não podemos, digamos olhar para o PS como o promotor, não é, dessa falha opcional, porque acima de uma política governamental local surgiu agora e só agora o PRR e, portanto, as demais políticas anteriores têm sido tanto com o PSD, como pelo PS, têm surgido ao nível das bonificações e aí o PSD também não poderá, não é, eximir-se das suas responsabilidades políticas, mas lá está, eu não digo isto em termos críticos, são opções políticas que têm que fazer e, portanto, há que respeitar isso. Concordando ou discordando há que respeitar isso, e é esse o sentido realmente da minha intervenção. Penso que seja construtiva. Muito obrigada, senhora Presidente, disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada da CDU (PCP/PEV **Joana Catarina Quintanova Sanches**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir, quer dizer, aquilo que nos fez chegar aqui e até a esta discussão sob a carência da habitação, em que cerca de cem mil famílias portuguesas atualmente vivem em condições de alojamento indigno, ascende a mais de cem mil, a que podemos acrescentar os milhares de jovens que não conseguem sair da casa dos pais porque não têm condições monetárias, porque ganham mal e não têm possibilidade de comprar uma casa, famílias que partilham casas, que alugam garagens, idosos que estão a ser despejados, profissionais enfermeiros meus colegas que querem vir trabalhar para o Algarve não têm qualquer possibilidade de o fazer porque não conseguem pagar uma casa aqui e cada vez mais gente a viver na rua, ou seja, todos aqueles que estão à mercê da desregulamentação ou do aumento das taxas de juro como eu, que vi a minha renda de casa, a minha prestação da casa duplicar o valor, estão a arriscar a perder a casa e isto num quadro em que se avolumam as condições socioeconómicas pela precariedade, pelos baixos salários, e ainda fazendo uma ressalva. Em relação aos meus colegas enfermeiros e aos meus colegas médicos, arriscamo-nos a não ter profissionais a querer vir trabalhar para o Algarve, estão a sair constantemente. E todos estes factos e esta situação está sustentada numa coisa meus caros colegas, é na política. Na política de direita, nessa ideia fabulosa de transformar tudo o que é vital na nossa vida num negócio e posso-vos dar exemplos, podemos falar sobre a lei dos despejos que não criou nada mais nada menos que imóveis para ajudar à especulação, lei dos despejos do CDS, programa Mais Habitação que não resolveu a situação, pelo contrário, está a agravar, ou seja, o incumprimento de responsabilidades por parte do estado na efetivação do direito constitucional que é o direito à habitação. O direito à habitação tem uma função social, a habitação tem uma função social e é isso que tem que ser garantido. É necessário que se apliquem outras medidas, que se execute outra política para garantir esta função social que está inerente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a uma casa. Duvidamos que esta, pronto ensaiada, transferência de competências para as autarquias a pretexto do PRR vá resolver a carência habitacional, assim como a expectativa que está criada de usar o programa de renda acessível para grandes intervenções imobiliárias. -----

-----Exigem-se outras medidas, nomeadamente, a criação de um verdadeiro programa nacional de habitação e que se incute ao estado a liderança dos programas públicos através do setor público, social, cooperativo e privado. Acompanhamos esta medida, mas com algumas ressalvas que já aqui mencionei. Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tinha pensado que hoje não iria intervir porque achou que seria uma coisa óbvia que iriam todos votar a favor, porque vão dar casas às pessoas. Afinal, não, há uma hora e meia que discutimos o sexo dos anjos, há uma hora que discutimos em que linha em que vamos pôr o dinheiro para pagar as casas que fazem falta às pessoas, há uma hora e meia que batemos raquete de um lado para o outro e a verdadeira coisa que devíamos de ter discutido ainda não discutimos, gostaria de aproveitar para responder ao senhor deputado Figueiredo Santos, já descobri, nós temos segundo os últimos Censos, as nossas famílias têm dois ponto três habitantes. Dois ponto três significa mais do que duas pessoas. Portanto, um T1 não chega, pelo menos o T2 seria válido, o T1 não chega. São dois ponto três segundo os Censos de 2021. -----

-----Agora, continuarmos a discutir em que linha é que vai parar, quando é que vai ser feita casa, se, aproveitando aqui a palavra do colega, se vai ser feito, se vai haver concorrentes. Votem! As casas fazem falta, estamos a discutir algo que não faz sentido. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria responder ao senhor deputado Figueiredo Santos. Ele lançou-me um repto, não me cedeu o tempo para responder, mas queria responder. Portanto, a constatação que eu fiz aqui da necessidade de T3, decorre do conhecimento que tenho, porque eu sou arrendatário, senhor deputado, eu não sou proprietário, sou arrendatário e vi-me na obrigação de arrendar um T2 porque não encontrei um T3 disponível a preços comportáveis. Portanto, além disso, há notoriamente falta de oferta de T3 no mercado de arrendamento de longa duração em Portimão e há falta de oferta e há procura excessiva que inflaciona o preço. Portanto, é a lei da oferta e da procura, o tal princípio do negócio que o senhor falava que nós não defendemos e, enfim, isto nem é política de direita, isto é uma constatação do mercado, há quem não goste da economia de mercado, há quem prefira outro tipo de modelos, mas como todos sabemos estes modelos não resultaram em lado nenhum no mundo, nem sequer na Coreia do Norte. -----

-----Bom, mas depois fiquei aqui um bocadinho preocupado que o senhor disse aí que o senhor Presidente ousa lutar, ousa lutar para ousar vencer e isso trouxe-me aqui uma memória, uma má memória. Quem ousava esse chavão era o camarada Mao Tsé-Tung, não é, que era ousar lutar, ousar vencer. Eu não sei se o senhor deputado Figueiredo Santos quer pôr o senhor Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cantonado à extrema esquerda, espero que não, espero que não. Ó senhor deputado, espero que não, quer dizer, estas memórias às vezes, estas memórias assim muito, muito atrasadas no tempo traem-nos, não é? Foge-nos a boca para a verdade, não é, foge-nos a boca para a verdade e às vezes depois quer dizer, há esses lapsos *lingue*. Eu espero que não seja esse o caso, senhor deputado, pronto. Para dizer que, para terminar, vou terminar dizendo que o senhor deputado Figueiredo Santos se calhar felizmente para si não tem conhecimento do mercado de arrendamento para habitação em Portimão e, portanto, aquilo que eu disse na minha primeira intervenção e que reitero agora, é que nós não estando contra aquilo que está aqui em discussão, não estando contra, entendemos que essa solução não é suficiente para a realidade e para as necessidades do concelho e, portanto, iremos votar favoravelmente, enfim, com reticências porque entendemos que a proposta não serve. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o **Ponto Único** - Discussão e votação da Segunda alteração modificativa (revisão) de 2024 ao Orçamento da Receita plurianual e ao Orçamento da Despesa plurianual, da Segunda alteração modificativa (revisão) de 2024 ao Plano Plurianual de Investimentos 2024-2028 e ainda da criação da classificação económica 07010201 do projeto/ação n.º2023/I/10, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara n.º614/24**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	-	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	-	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	-	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovada, **por unanimidade**, a Segunda alteração modificativa (revisão) de 2024 ao Orçamento da Receita plurianual e ao Orçamento da Despesa plurianual, a Segunda alteração modificativa (revisão) de 2024 ao Plano Plurianual de Investimentos 2024-2028, e ainda, a criação da classificação económica 07010201 do projeto/ação n.º2023/I/10, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara n.º614/24**. ---

----- Não esteve presente a senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros. -----

----- **No seguimento desta votação, os deputados municipais das bancadas Coligação "Portimão Mais Feliz, e do Chega, referiram que posteriormente iriam apresentar declaração de voto por escrito.** -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que faz já a declaração de voto, fica já gravado e já feita. Pode ser? É muito rápido. ----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, então é só um momento, só um momento, se faz favor, só um momento se faz favor. Ainda não terminou, o PSD,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o senhor deputado Vítor Couto quer deixar logo a declaração de voto oral feita de imediato e, portanto, tem direito a fazê-lo, faça favor. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, a bancada do PSD vota favoravelmente, apesar das dúvidas que tem quanto à classificação contabilística que foi alvo esta alteração orçamental, fazendo fé no mérito da proposta que foi entregue e na explicação técnica que nos ficou de ser cedida e também por reconhecer a importância deste tema e por querer avançar o mais rapidamente com este projeto para a frente. Muito obrigada. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradecer agora no final dos trabalhos a vossa disponibilidade para esta convocatória. Temos todos a noção de que a execução do PRR é uma necessidade nacional, não é só do município de Portimão, temos dezasseis estratégias locais de habitação no Algarve e por isso mesmo estamos todos imbuídos do mesmo espírito, quer o governo, quer as autarquias para que possamos cumprir as estratégias locais de habitação e Portimão não é exceção. Obrigado a todos. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e duas horas e trinta e um minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 3ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia dezanove de agosto, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal.-----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias_____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(Sheila Gassin Tomé)